

Relato de pesquisa: o nascimento de uma revista acadêmica

Recebido: 02.09.16

Aprovado: 03.11.16

João Gabriel Teixeira
& Maria Lucia Maciel*

A *Revista Sociedade e Estado* completa 30 anos. Vale a pena registrar um pouco de sua história. Os autores agradecem ao seu conselho editorial pela oportunidade de rememorar a sua gênese e persistência, nomeados que foram para essa função pelos atuais editores da revista em virtude de terem sido os principais mentores das ideias que levaram à sua criação.

Decorria o ano de 1986, no alvorecer da Nova República e da eleição do economista Cristovam Buarque para reitoria da UnB. Ao mesmo tempo, planejava-se a consolidação do SOL como Departamento de Sociologia autônomo e a implantação de seu doutorado.

Os autores eram ambos recém-doutores, ingressos no SOL para atuar no sentido de consolidar os seus programas de ensino na graduação e na pós-graduação e desenvolver projetos de pesquisa de interesse prático. Esses logo se delinearão tendo em vista os acontecimentos políticos desde a posse de José Sarney como presidente da transição democrática. Um dos projetos, com subvenção da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)¹, visava o acompanhamento e a análise das discussões e deliberações da Assembleia Constituinte nos campos de ciência, tecnologia e educação, coordenado por Maria Lucia Maciel e envolvendo, como parte da formação, alunos de doutorado, mestrado e graduação².

Acontecia também a implementação do Programa Nacional de Desburocratização, então com *status* de ministério, liderado pelo ministro Paulo Lustosa. Este solicitou aos pesquisadores do SOL um programa de ações políticas no sentido de fomentar a discussão sobre os desdobramentos das propostas políticas em discussão no Congresso Nacional, já no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte. Foi assinado convênio entre o Ministério e a UnB com vistas à realização das tarefas deliberadas, do qual João Gabriel foi o executor, já na condição de chefe do Departamento.

Por outro lado, a UnB criou o Centro de Estudos sobre a Constituinte (Ceac), no qual a equipe do SOL teve participação preponderante, até mesmo para a publicação de

* João Gabriel L. C. Teixeira, pesquisador associado do Programa Avançado em Cultura Contemporânea (PACC) da Faculdade Letras/UFRJ; professor assistente aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Maria Lucia Maciel, pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFRJ/Ibict, coordenadora do Laboratório Interdisciplinar em Informação e Conhecimento (Liinc), editora da *Liinc em Revista* e diretora do Instituto Ciência Hoje.

1. Com sede no Rio de Janeiro, a Finep foi criada em julho de 1967 para financiar a elaboração de estudos para projetos e programas de desenvolvimento econômico, mas também para atuar no aperfeiçoamento da tecnologia nacional. Com a criação do então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em março de 1985, a Finep ficou vinculada à pasta.

2. Maria Isabel Tavares Mendes,

Maria Francisca Pinheiro Coelho, Eliane Veras, Wanderly F. Costa, Cristina Frutuoso Teixeira.

3. M. L. Maciel; M. I. T. Mendes; W. F. Costa. *Ciência e tecnologia na Constituinte. Cadernos Ceac*. v. 1, 1987; M. L. Maciel. *Universidade e ciência*. v. 1, 1987, 1988. Mais tarde, já nas páginas da *Sociedade e Estado*, a mesma equipe fez um balanço do trabalho na Constituinte: M. L. Maciel; A. M. Fernandes; B. V. Schmidt. *Educação, ciência e tecnologia: da Constituinte ao Plano Collor. Sociedade e Estado*, v. 5, p. 5-24, 1990; M. L. Maciel. *Constituinte e transição. Sociedade e Estado*, v. 5, p. 193-200, 1990.

pesquisas e de análises nos *Cadernos Ceac*, publicados pela UnB³. As ações políticas desenvolvidas pelo SOL abrangeram a realização de dois seminários nacionais, sobre vários temas do interesse do ministério, tais como Constituinte, universidade, sociedade, movimentos sociais e cidadania. Entre as atividades, incluíram-se apresentações musicais e shows com vistas à mobilização da comunidade universitária para a discussão de demandas e soluções.

Foi planejada a publicação de quatro livros pela Editora da Universidade de Brasília.

O primeiro foi uma coletânea de artigos sobre o Estado e políticas de desenvolvimento, organizado pela professora Vilma Figueiredo. O segundo e o terceiro foram transcrições dos anais do Seminário Nacional sobre a Universidade Brasileira e a Constituinte e outro do Seminário de Reflexão sobre a Construção da Cidadania. Quanto ao quarto livro, decidiu-se pela publicação de uma coletânea de trabalhos produzidos por pesquisadores da UnB sobre Estado, cidadania e movimentos sociais, que veio a se constituir no título do primeiro número da *Revista Sociedade e Estado*.

Segue um breve relato sobre o sumário do primeiro número da *Revista Sociedade e Estado*, feito por Maria Lucia Maciel, e que mostra a pertinência dos temas debatidos, na época, considerando o contexto brasileiro de elaboração da nova Constituição, o envolvimento da UnB nesse processo e a liderança do Departamento de Sociologia. Esse primeiro número resultou das contribuições garimpadas entre estudiosos da UnB e abrange uma diversidade de áreas no âmbito das Humanidades, tais como o serviço social, a ciência política, a antropologia, a sociologia, a economia, o direito e a comunicação.

Interessante observar, nesta primeira publicação, que a variedade de áreas e subáreas não impede a convergência na atenção sociopolítica aos temas destacados nos artigos e à centralidade do foco na relação entre sociedade e Estado, que sempre foi e continua sendo a razão de ser da nossa publicação.

Assim, o eixo comum dos artigos é a ideia de que tanto os conceitos como a realidade de “cidadania”, “Estado” e “direitos” variam historicamente segundo a composição de forças de cada momento. A contradição – ou o fosso – entre as percepções na sociedade dos direitos e necessidades do cidadão e a prática das políticas governamentais no Brasil é constatação comum a todos os estudos apresentados, independentemente de seus pontos de partida teóricos e metodológicos.

Fica implícito – quando não está explícito –, no conjunto, que a cidadania plena só pode ser resultado de um processo de conquista, o qual pressupõe um grau cada

vez maior de organização e conscientização da sociedade civil. Nesse sentido, fica claro que o nosso número inaugural – de 1986 – continua muito atual.

É o caso, por exemplo, da discussão desenvolvida por Potyara A. Pereira, mostrando como o uso habitual de termos como igualdade, cidadania e direitos civis podem escamotear diferenças socioeconômicas que o Estado de bem-estar preserva. Vicente Faleiros continua o debate aplicando especificamente ao período da redemocratização o debate sobre deslocamentos entre Estado e movimentos sociais na luta pelos direitos fundamentais do cidadão.

Em trabalhos mais empíricos, mas que alimentam a discussão teórica esboçada acima, vemos a diversidade das áreas de ciências humanas alimentando uma convergência em torno de uma visão crítica da relação entre sociedade e Estado. Assim, Walder de Góes, cientista político, retoma nas entrelinhas a demonstração de que a conciliação entre forças políticas conflitantes continua sendo a norma que rege a atuação do Estado brasileiro.

No texto “Sem lenço e sem documento”, Mariza Peirano, em abordagem original derivada do olhar antropológico, discute a simbologia do “papel” na percepção da cidadania – e da identidade.

José Geraldo de Souza Júnior mostra como a identidade constitui também um problema jurídico, cultural e ideológico ao discutir o “lugar” da cultura afro-brasileira na questão da cidadania.

O sociólogo e cientista político Benício Viero Schmidt focaliza a saúde como mercadoria – a ser produzida, circulada, distribuída e consumida – e como parte das “condições gerais de produção”, e retoma, em certo sentido, as contradições destacadas nos outros artigos.

A relação contraditória entre a política estatal e a percepção dos trabalhadores na área rural é destacada por Vilma Figueiredo e Caetano F. de Araújo, que discutem o lugar das novas tecnologias no campo.

Duas contribuições de economistas discutem políticas de emprego – Ricardo Lima, sobre as políticas salariais e Lívio de Carvalho, sobre o ponto de vista da eficácia econômica, complementando, de certa forma, o artigo anterior.

Por fim, o estudo de José Salomão D. Amorim coloca em debate o controle e a pressão – do Estado e/ou da sociedade – sobre formas de comunicação que represen-

tam, por um lado, a matriz hegemônica na formação das consciências e, por outro, um direito do cidadão.

Aquela proposta foi aprovada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia como o número I da *Revista Sociedade e Estado* – revista semestral do Departamento de Sociologia. Na sequência, publicou-se uma plêiade de trabalhos significativos sobre a área de concentração da pós-graduação em sociologia da UnB (Estado e sociedade e, posteriormente, sociedade e transformação), ao longo de 30 anos, dedicada ao esclarecimento, em última análise, das múltiplas relações que se estabelecem entre a sociedade e o Estado brasileiro. De certo modo, essa estrutura da revista se mantém até hoje.

Uma avaliação panorâmica da enorme tarefa realizada demonstra a resiliência e persistência do empreendimento além da dedicação contínua dos docentes do SOL no sentido de sua realização. Muitos colaboraram nessa empreitada ao longo de três décadas. Os empenhos de Lourdes Bandeira e Edson Farias, professores do SOL, foram essenciais para a sua consolidação. Os autores desta memória do SOL foram apenas fundadores e executores de um desafio que se transformou numa história de sucesso. *Sociedade e Estado* é uma revista acadêmica consolidada, com ampla repercussão sobre a comunidade das ciências sociais no Brasil e alhures. Portanto, há o que comemorar.